



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2023

(Processo Administrativo nº 67284.001456/2023-23)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União Federal – Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, por meio do Grupamento de Apoio de Brasília, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Edifício Anexo, Andar Térreo – Brasília/DF – CEP: 70.045-900, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 04/01/2024

Horário: 14:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de aquisição de material para as clínicas de Periodontia, Endodontia, Cirurgia Oral, Odontopediatria, Dor Orofacial e Radiologia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em 28 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/por> meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor

familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.3 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 4.3.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 4.4 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar

nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8 que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário do item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e

da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento) do item de referência.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1 no país;

7.26.2 por empresas brasileiras;

7.26.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade

do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo

indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

- 8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder

Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação-econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

- 9.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.9.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.10 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.11 **Habilitação jurídica:**
- 9.11.1 no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.11.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.11.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

- 9.11.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.11.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 9.11.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 9.11.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12 Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.12.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.12.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.12.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.12.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.12.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.12.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.12.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13 Qualificação Econômico-Financeira.

9.13.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.13.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.13.3 comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez

Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.13.3.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14 Qualificação Técnica:

9.14.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.14.1.1.1 local de entrega, descrição dos serviços prestados, especificando o prazo de execução, o valor do contrato e o número da Nota Fiscal.

9.14.1.1.2 Comprovação de entrega do quantitativo mínimo de 20% por tipo de material constante do objeto desta contratação.

9.14.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.15 Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.15.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.15.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.15.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.15.4 O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.15.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.15.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.15.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.16 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.17 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.17.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.18 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa equiparada e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.19 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.20 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.21 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.22 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.23 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.23.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.24 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco.) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco.) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

17 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco.) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco.) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

17.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4 O prazo de vigência da contratação será de 120 dias.

17.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21 DO PAGAMENTO

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3 apresentar documentação falsa;

- 22.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 22.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 22.1.6 não mantiver a proposta;
 - 22.1.7 cometer fraude fiscal;
 - 22.1.8 comportar-se de modo inidôneo;
- 22.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 22.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 22.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 22.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 22.4.2 Multa de 5 % (cinco por cento.) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 22.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 22.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 22.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 22.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado,

para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 22.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 23.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 23.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 23.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 23.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail divob.gapbr@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na secretaria do GAP-BR, no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Edifício Anexo, Andar Térreo – Brasília/DF – CEP: 70.045-900, no horário das 9 às 17 horas.

24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o

interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Edifício Anexo, Andar Térreo – Brasília/DF – CEP: 70.045-900, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.12.1 ANEXO I - Termo de Referência
 - 25.12.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 25.12.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços, e
 - 25.12.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

Brasília-DF, assinado e datado eletronicamente.

MARCELLO PEREIRA CAMARGO Cel Int
Ordenador de Despesas do Grupamento de Apoio de Brasília



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA

TERMO DE REFERÊNCIA

REPUBLICAÇÃO PREGÃO 48/2023
LEIS 8.666/93 e 10.520/02

1.DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de consumo para as Clínicas de Periodontia, Endodontia, Cirurgia Oral, Odontopediatria, Dor Orofacial e Radiologia, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	TIPO	DESCRIÇÃO	UN	QTD MÍN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ITEM PREGÃO 48/23
1	329774	TIPO 2	AZUL DE METILENO 0,01%: CORANTE FOTOABSORVEDOR INDICADO PARA TERAPIA FOTODINÂMICA EM ODONTOLOGIA. COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA E AZUL DE METILENO. O VALOR UNITÁRIO SE REFERE A EMBALAGEM COM 10 SERINGAS DE 1ML CADA.	CJ	1	3	R\$ 156,90	R\$ 470,70	2
2	421110	TIPO 2	KIT DE MANIPULAÇÃO DE MEMBRANAS DE PLASMA RICO EM FIBRINA, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADO PARA REALIZAÇÃO DA TÉCNICA DE PRF (PLASMA RICO EM FIBRINA) EM ENXERTOS E IMPLANTES ODONTOLÓGICOS, COMPOSTO POR ESTOJO PRF COM 02 COLUNAS DE SILICONE, ESPÁTULA PRF, PINÇA DIETRICH DE APROXIMADAMENTE 14CM, TESOURA ÍRIS RETA DE APROXIMADAMENTE 11,5CM.	UN	1	3	R\$ 595,75	R\$ 1.787,25	5
3	479697	TIPO 2	KIT DE SISTEMA DE FIXAÇÃO DE MEMBRANAS NÃO ABSORVÍVEIS E ABSORVÍVEIS POR TACHINHAS. COMPOSTO POR 01 APLICADOR, 24 TACHINHAS E ESTOJO, AUTOCLAVÁVEL.	UN	1	3	R\$ 540,00	R\$ 1.620,00	6

4	373156	TIPO 2	TUBO DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO, SECO, SILICONIZADO, 10 ML, TAMPA VERMELHA . SEM ADITIVOS.	UN	10	63	R\$ 1,10	R\$ 69,30	7
5	417070	TIPO 2	TUBO DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO, SECO, SEM ADITIVO, 9 ML, TAMPA BRANCA.	UN	10	63	R\$ 0,93	R\$ 58,59	8
6	460728	TIPO 2	TUBO MANGUEIRA DE SILICONE Nº 202, MEDINDO 5X10mm. VALOR UNITÁRIO REFERENTE A UNIDADE COM 15 METROS.	UN	1	3	R\$ 162,33	R\$ 486,99	9
7	437166	TIPO 2	ESCALPES (21G - 12") PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA REDUÇÃO DO RISCO DE ACIDENTES COM PERFUROCORTANTES (LEI NR 32). INCLUINDO INDICAÇÃO PARA COLETAS EM PACIENTES PEDIÁTRICOS, GERIÁTRICOS E TODOS AQUELES QUE APRESENTAM ACESSOS VENOSOS DIFÍCEIS. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.	UN	20	125	R\$ 2,63	R\$ 328,75	10
8	470792	TIPO 2	FRASCO PLÁSTICO, COM TAMPA DE ROSCA, COM 20 ML DE SOLUÇÃO DE FORMALINA TAMPONADA A 10% PARA PRESERVAÇÃO CELULAR E TECIDUAL EM PROCESSO DE BIÓPSIA. BANDEJA COM 25 FRASCOS.	BANDEJA	1	3	R\$ 109,03	R\$ 327,09	11
9	479642	TIPO 2	ADAPTADOR PARA AGULHA DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM ENCAIXE ROSQUEADO E SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32. USO C/ TUBO COLETOR. MATERIAL:POLÍMERO. USO ÚNICO.	UN	10	63	R\$ 2,60	R\$ 163,80	12
10	269845	TIPO 2	ANESTÉSICO TÓPICO A BASE DE LIDOCAÍNA NA CONCENTRAÇÃO DE 10%, APRESENTAÇÃO EM SPRAY, ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 100 MG VEÍCULO Q.S.P. 1 ML. FRASCO COM 50 ML.	UN	5	47	R\$ 101,89	R\$ 4.788,83	13

11	432863	TIPO 2	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO A 35% RADIOPACA, COM PH 12.5 ACONDICIONADO EM SERINGA CONTENDO 1,2 ML. UTILIZADO EM ENDODONTIA, COMO CURATIVO DE DEMORA ENTRE CONSULTAS. APRESENTAÇÃO: KIT COM 1X SERINGA DE 1,2 ML (1,76) E 2 X NAVITIP 29 GATIPS	UN	1	5	R\$ 124,96	R\$ 624,80	NOVO
12	419184	TIPO 2	CONE SECUNDÁRIO GUTA PERCHA; MODELO: FF; COR ROSA; CAIXA COM 120 UNIDADES; COMPOSIÇÃO: GUTAPERCHA,OXIDO DE ZINCO E CORANTE ORGÂNICO; APLICAÇÃO: OBTURAÇÃO DE CANAL RADICULAR; COMPRIMENTO: 28 MM; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 UNIDADES.	EMB	2	19	R\$ 33,01	R\$ 627,19	31
13	418993	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 25- CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	1	4	R\$ 44,00	R\$ 176,00	32
14	418990	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 30 - CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	2	13	R\$ 43,02	R\$ 559,26	33
15	418992	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 35 - CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	2	13	R\$ 43,57	R\$ 566,41	34
16	418996	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 40 - CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRILVALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	1	7	R\$ 45,52	R\$ 318,64	35

17	418997	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 45 - CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	2	13	R\$ 36,09	R\$ 469,17	36
18	418994	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 50; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 120 PONTAS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	1	3	R\$ 47,36	R\$ 142,08	37
19	418998	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 55; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 120 PONTAS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	1	3	R\$ 37,92	R\$ 113,76	38
20	418995	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 60; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 120 PONTAS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	1	3	R\$ 41,91	R\$ 125,73	39
21	418999	TIPO 2	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 70; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 120 PONTAS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	1	3	R\$ 36,83	R\$ 110,49	40
22	416183	TIPO 2	COMPOSTO A BASE DE SULFATO DE POLIMIXINA B, 10.000 U.I, SULFATO DE NEOMICINA 5 MG, HIDROCORTISONA 10G; APLICAÇÃO: TRATAMENTO DE OTITE EXTERNA OCASIONADA OU COMPLICADA POR INFECÇÃO BACTERIANA; APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10 ML;	FR	2	13	R\$ 20,21	R\$ 262,73	42

23	427346	TIPO 2	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO DE BITE WINGS AUTOCLAVÁVEL INDICADO PARA A EXECUÇÃO DE RADIOGRAFIAS INTERPROXIMAS DURANTE OS TRATAMENTOS CLÍNICOS. REGISTO ANVISA 80213420005 - KIT COM 06 UNIDADES	KIT	1	8	R\$ 48,91	R\$ 391,28	48
24	461304	TIPO 2	ELETRODO, APLICAÇÃO: ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA, MODELO: DE SUPERFÍCIE, TIPO: ADESIVO, MATERIAL SENSOR: PRATA, PRATA CLORADA, COM GEL CONDUTOR, DIMENSÕES: CERCA DE 5 x 5 CM, ACESSÓRIO: CABO COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO. CX COM 50	CX	5	38	R\$ 23,00	R\$ 874,00	51
25	607058	TIPO 2	CAMPO CIRÚRGICO MESA 80CM X 80CM, MATERIAL BRIM 100% ALGODÃO, COM COR AZUL E LOGOMARCA (OABR) EM SERIGRAFIA. GRAMATURA MÍNIMA 250 G, COM BAINHA	UN	10	100	R\$ 7,80	R\$ 780,00	54
26	607054	TIPO 2	CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO-PACIENTE 75CM X 75CM, MATERIAL BRIM 100% ALGODÃO, SARJA 2X1, COM COR AZUL E LOGOMARCA (OABR) EM SERIGRAFIA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FENESTRA 20 X 10CM, GRAMATURA MÍNIMA 250 G, COM BAINHA.	UN	10	100	R\$ 6,12	R\$ 612,00	55
27	447891	TIPO 2	ESCOVA PARA LIMPEZA DAS UNHAS COM CERDAS DE NYLON PARA HIGIENE ADEQUADA DAS UNHAS E DA PELE AO REDOR DAS UNHAS. COM CABO ANATÔMICO ANTI-DESLIZANTE. TAMANHO MÉDIO, MEDINDO 7,5CM X 2,5CM. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO E CERDAS DE NYLON.	UN	10	120	R\$ 4,76	R\$ 571,20	56
28	461304	TIPO 2	ELETRODO, APLICAÇÃO: ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA, MODELO: DE SUPERFÍCIE, TIPO: ADESIVO, MATERIAL SENSOR: PRATA, PRATA CLORADA, COM GEL CONDUTOR, DIMENSÕES: CERCA DE 5 x 5 CM, ACESSÓRIO: CABO COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO. CX COM 50	CX	3	38	R\$ 31,64	R\$ 1.202,32	NOVO
TOTAL								R\$ 18.628,36	

*Participação: Tipo 1 – Ampla Concorrência. Tipo 2 – Participação Exclusiva ME/EPP/COOP

1.2. Os códigos e descrições do "CATMAT", constantes do "SIASG", citados pelo "Comprasnet" podem, eventualmente, divergir da descrição dos itens quanto a especificações e outras

características. Neste caso, ou seja, havendo divergências quanto ao código/descrição do CATMAT, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.6. O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 meses contados a partir da assinatura do instrumento, nos termos do inciso III, §3º, art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.7. A vigência contratual extinguir-se-á com a finalização e execução do objeto, recebimento e consequente pagamento, perdurando, tão somente, o prazo referente à garantia técnica legal do produto ofertada pelo fornecedor direto ou indireto.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 120 dias.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser adquirido mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, enviada pela Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília.

6.1.1. O prazo de 30 dias tem se mostrado adequado em aquisições anteriores do objeto pretendido neste certame.

6.1.2. As quantidades serão especificadas pela contratante na Nota de Empenho conforme demanda, podendo ser, inclusive, o volume total do item descrito no Termo de Referência.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6. A entrega deverá ser realizada na Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília, situada na Esplanada dos Ministérios, bloco M, Sobreloja, CEP: 70.045-900 - Brasília-DF.

6.7. Quando da entrega dos materiais à Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília – OABR- o produto deverá contar com, no mínimo, 75% do seu prazo de validade total, e em casos especiais deverão submeter à Seção de Suprimentos da OABR para avaliação e parecer.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário ou documento similar que apresente forma de manuseio ou utilização, com uma versão em português, no que couber;
- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.3. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos, observando, no que for cabível, o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

8.3.1. As embalagens dos produtos deverão ser, preferencialmente, fabricadas com materiais reciclados ou que possam ser reciclados.

8.3.2. Os materiais, quanto aplicável ao objeto especificamente, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-

2. 8.3.3. 8.4.

8.3.3. Devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

8.3.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

9.DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10.DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2.Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos art. 28 e 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas na Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6.Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não será exigida a apresentação de garantia da execução visto que os materiais serão adquiridos conforme necessidade, com entrega imediata e pagamento após o recebimento, sem gerar responsabilidades futuras.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) Multa:
 - (1) moratória de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

ii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iii) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.3.1.1.1. local de entrega, descrição dos serviços prestados, especificando o prazo de execução, o valor do contrato e o número da Nota Fiscal.

16.3.1.1.2. Comprovação de entrega do quantitativo mínimo de 20% por tipo de material constante do objeto desta contratação.

16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.4.1. Valor Global: R\$ 18.628,36 (dezoito mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos).

16.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo estimado da aquisição é de R\$ 18.628,36 (dezoito mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos).

18. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA

18.1. Conforme previsão estabelecida no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como no art. 34 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, a participação será exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas que se enquadrem nos limites da legislação supracitada.

18.2. O item 152 é aberto à ampla concorrência por possuir valor superior ao estabelecido na legislação que garante a participação exclusiva.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

19.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA – 120112;

Fonte de Recursos: 1005000140;

Programa de Trabalho: 05.301.0032.2004;

Elemento de Despesa: 33.90.30;

Plano Interno: A0000420000.

19.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ASSINADO DIGITALMENTE

GOTARDO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA SO STO
Membro da Comissão de Aquisição de Material

LARISSA ABDON HABER JÉHA CAP DENT
Membro da Comissão de Aquisição de Material

MARIANA ADÃO BACHUR DE ALMEIDA MAJ DENT
Membro da Comissão de Aquisição de Material

GUILHERME JOSÉ DE CAMPOS BARROS MAJ DENT
Presidente da Comissão de Aquisição de Material

20. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1. Diante das cláusulas e justificativas apresentadas para a pretensa aquisição, aprovo este Termo de Referência.

VALESKA COSTA DE GUSMÃO HUNGRIA Cel Dent
Ordenador de Despesas da OABR



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	08/12/2023 12:19:16
Páginas do Documento:	18
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	19
Hash MD5:	3a0b442fc68525d94b7db40ea4756096
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial GOTARDO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA no dia 08/12/2023 às 12:10:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap LARISSA ABDON HABER JÉHA no dia 11/12/2023 às 08:38:32 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARIANA ADÃO BACHUR DE ALMEIDA no dia 11/12/2023 às 11:23:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major GUILHERME JOSÉ DE CAMPOS BARROS no dia 11/12/2023 às 12:18:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QODENT MARINA REZENDE DE CASTRO AUCÉLIO no dia 11/12/2023 às 12:20:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QODENT GABRIEL SILVEIRA CERQUEIRA no dia 11/12/2023 às 13:31:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel VALESKA COSTA DE GUSMÃO HUNGRIA no dia 12/12/2023 às 07:24:19 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Estudo Técnico Preliminar 138/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Este ETP visa averiguar a viabilidade de aquisição de material de consumo odontológico, a ser utilizado pelo período de 12 (doze) meses pelas clínicas de DTM, Cirurgia Oral, Periodontia, Endodontia, Odontopediatria e Radiologia da Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília - OABR.

A aquisição será por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, atualizado pelo Decreto 9.488, de 30 de agosto de 2018, no que preconiza os incisos I e II do art. 3º.

Esta Odontoclínica realiza em média 6 (seis) mil atendimentos por mês, com funcionamento de segunda a sexta-feira, dividido em 3 (três) turnos de expediente, além de emergência 24h, inclusive nos finais de semana e feriados.

Deste modo, faz-se necessária a aquisição do material indicado no Documento de Formalização de Demanda, anexo ao processo, para que se preserve a manutenção dos serviços prestados aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica, evitando-se paralisações em decorrência da falta destes itens.

Deve-se observar que a OABR é a Unidade responsável pela saúde bucal de todo o efetivo da área de Brasília e região, além de seus dependentes, sendo esta a sua missão, buscando sempre ser referência na qualidade da assistência odontológica, valorizando o ser humano por meio da busca do bem estar físico, mental e social há mais de 25 anos.

Os quantitativos pretendidos neste ETP são calculados tomando-se por base o número anual de atendimentos realizados pelas referidas especialidades, considerando-se, inclusive, atendimentos realizados pela clínica de emergência, além de atendimentos realizados pela Unidade Móvel nas missões de apoio às diversas Unidades da Guarnição de Brasília.

Além disso, a demanda foi calculada tomando-se por base o consumo médio aferido ao longo do último ano, conforme memória de cálculo (documento anexo ao processo).

Esclarece-se, ainda, que alguns itens têm previsão de consumo comum a todas as clínicas que compõem o quadro de especialidades desta Organização de Saúde, tais como Ortodontia, Dentística Restauradora, Prótese Dentária e CEREC, além das listadas acima. Assim, especificamente para estes itens, a demanda é calculada tomando-se por base o número de atendimentos mensal de toda a clínica.

Ressalta-se, ainda, que o número total pretendido foi acrescido num montante de 25%. Esse acréscimo se faz necessário visando garantir um estoque mínimo suficiente para atender a demanda após o vencimento da ata de registro de preços e a elaboração de novo processo licitatório.

Pelo exposto, esta administração entende ser indispensável tal registro de preços a fim de atender as necessidades desta Organização, as quais estão alinhadas com a missão institucional da OABR.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Periodontia	Guilherme José de Campos Barros Maj Dent
Seção de Cirurgia Oral	Mariana Adão Bachur de Almeida Maj Dent
Seção de Endodontia	Larissa Abdon Haber Jéha Cap Dent

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Estes requisitos são aspectos preliminares e, eventuais atualizações poderão ser descritas em Termo de Referência, mesmo após a aprovação deste Estudo Preliminar, pois a equipe de planejamento da contratação poderá amadurecer a solução com relação aos requisitos legais e técnicos.

Para o processo de aquisição de material de consumo, o licitante vencedor deverá prover soluções que observem as práticas de sustentabilidade ambiental, pormenorizada no Termo de Referência, conforme disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

O material deverá ser entregue dentro do prazo de 30 dias após o recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, observando-se que este prazo tem se mostrado adequado conforme histórico de aquisições anteriores de materiais odontológicos.

A entrega deverá ocorrer na Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília, Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Sobreloja, Brasília-DF.

A entrega dos materiais deverá ser realizada durante o horário de expediente administrativo, das 7h às 18h, podendo, a critério da OABR, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais à OABR.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Não será permitida a subcontratação.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

O licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica capaz de atender o Órgão solicitante. O objetivo é, tão somente, comprovar que o vencedor possui capacidade de fornecer os materiais para os quais sagrou-se vencedor (admitindo-se similaridade do objeto) nas quantidades e qualidades estabelecidas e no prazo de entrega estipulado por este instrumento.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Os itens bem como as quantidades pretendidas estão especificados no Documento de Formalização de Demanda anexa ao processo.

O vencedor deverá ser capaz de fornecer os materiais pretendidos durante toda a vigência do SRP, conforme as quantidades e especificações descritas no Documento de Formalização de Demanda e no Termo de Referência a ser produzido após aprovação deste ETP.

Os materiais fornecidos devem guardar estrita conformidade com as descrições constantes no Termo de Referência que deverá ser produzido após aprovação deste ETP, a fim de que possam proporcionar o máximo de aproveitamento quando de sua aplicação aos fins destinados.

5. Levantamento de Mercado

Para o objeto em questão, e considerando os certames anteriores, visto tratar-se de compra recorrente por esta Organização de Saúde, observa-se que há no mercado uma quantidade razoável de empresas aptas a participar do processo licitatório, o que garante maior competitividade e consequente aquisição do objeto com melhor qualidade e pelo menor preço para a Administração.

Esta Administração considerou as possíveis soluções abaixo listadas:

Das soluções.

Solução 1 – Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Solução 2 – Manifestar a intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

Solução 3 – Realização de licitação própria.

Da análise.

Solução 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão.

Solução 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação.

Solução 3 - As aquisições dos itens pretendidos neste processo têm previsão no Programa de Trabalho Anual desta OM, com disponibilidade de recursos para essa finalidade.

Deste modo, diante da impossibilidade de adesão ou participação em certames em andamento em outros órgãos, esta Administração entende como melhor solução a realização de licitação própria, visto que a protelação destas aquisições resultariam em prejuízos tanto para os usuários quanto para a própria Administração.

6. Descrição da solução como um todo

Este ETP visa averiguar a viabilidade de aquisição de material para as clínicas de Cirurgia Oral, Periodontia, Endodontia, Odontopediatria e Radiologia, por meio do sistema de Registro de Preços (SRP), conforme Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, atualizado pelo Decreto 9.488, de 30 de agosto de 2018, no que preconiza os incisos I e II do art. 3º.

O objetivo desta aquisição é garantir a continuidade dos serviços oferecidos aos militares, dependentes e pensionistas da Aeronáutica, proporcionando bem estar e qualidade de vida por meio da oferta de saúde bucal, sendo esta a missão da OABR.

E, para seu regular cumprimento, a solução disponível é a elaboração de processo licitatório para aquisição destes materiais, visto que estes são imprescindíveis à continuidade do atendimento aos usuários desta Organização de Saúde.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos estão justificados no Documento de Formalização de Demanda anexo ao processo, e foram especificados tendo por referência o número médio de atendimento mensal e a memória de cálculo produzida nos últimos 12 meses.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O custo estimado total da contratação é de R\$18.628,36 (dezoito mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos), conforme documento de Formalização de Demanda anexo ao processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Para este processo, a licitação será dividida em itens, conforme tabela que deverá ser detalhada em posterior Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Este documento de planejamento é único neste Órgão para o objeto em tese, não havendo, assim, outro instrumento de planejamento que deva aqui ser citado.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Programa de Trabalho Anual tem por finalidade orientar, de forma integrada e articulada com o Plano Setorial do Escalão Superior, as ações a serem desenvolvidas pela Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília (OABR).

Os gestores têm o dever de adotar técnicas visando maximizar os resultados, prever e prevenir adversidades e minimizar deficiências. Neste sentido, o Plano de Trabalho Anual (PTA) é uma ferramenta imprescindível para auxiliar a Administração na priorização de ações e na análise dos resultados obtidos.

O PTA da Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília foi elaborado em consonância com as diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Estratégico e no Plano Setorial, com o intuito de manter o alinhamento com a orientação organizacional do Comando da Aeronáutica, do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) e da Diretoria de Saúde (DIRSA).

Nesse contexto, os gestores focaram os diversos processos existentes na OABR, objetivando a melhoria contínua e a busca da excelência em gestão do serviço de saúde e, por consequência, a melhoria da assistência prestada aos usuários desta OSA.

A compra de material, expressamente prevista no Plano de Trabalho Anual 2023, tem por objetivo manter o pleno funcionamento das clínicas relacionadas, evitando paralisações indesejadas e consequente aumento da demanda reprimida dos serviços prestados.

12. Resultados Pretendidos

O resultado pretendido é a escolha de melhor proposta para formação de Registro de Preços e futuras aquisições de materiais para as clínicas de Cirurgia Oral, Periodontia, Endodontia, Odontopediatria e Radiologia, tendo em vista suprir as necessidades de atendimento odontológico dos usuários do Sistema de Saúde.

A OABR realiza cerca de 6 (seis) mil atendimentos mensais, sendo de extrema importância a aquisição de todos os materiais empregados com o intuito de otimizar e fornecer o melhor atendimento odontológico para os militares, dependentes e pensionistas da Força Aérea.

Por isso, é indispensável tal registro de preços para atender as necessidades da administração, as quais estão alinhadas com a missão institucional da OABR.

13. Providências a serem Adotadas

Trata-se de uma compra recorrente, dependendo também da demanda das clínicas envolvidas.

A Odontoclínica dispõe de profissionais habilitados tanto para o emprego dos materiais que se pretende adquirir, quanto para a fiscalização da aquisição.

O planejamento da aquisição tem ocorrido no sentido de mitigar quaisquer impactos negativos decorrente da possibilidade de fracasso da aquisição.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A OABR adota regras rígidas de separação de todos os resíduos provenientes de sua atividade, com contratação de empresa para o correto descarte do lixo hospitalar e com o descarte do lixo comum em containers de coleta seletiva, mitigando ao máximo os impactos danosos ao meio ambiente.

Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos, observando, no que for cabível, o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As embalagens dos produtos deverão ser, preferencialmente, fabricadas com materiais reciclados ou que possam ser reciclados.

Os materiais, quando aplicável ao objeto especificamente, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

Devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base em todos os levantamentos até aqui elencados, esta equipe declara viável a realização deste processo de aquisição, havendo previsão em Plano de Trabalho Anual e previsão de recursos orçamentário

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: MAJ DENT

GUILHERME JOSE DE CAMPOS BARROS

Membro da comissão de contratação

Despacho: MAJ DENT

MARIANA ADAO BACHUR DE ALMEIDA

Membro da comissão de contratação

Despacho: CAP DENT

LARISSA ABDON HABER JEHA

Membro da comissão de contratação

Despacho: SO STO

GOTARDO JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - NOV DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA.pdf (604.6 KB)

**Anexo I - NOV DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA
DEMANDA.pdf**



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

REPUBLICAÇÃO PREGÃO 48/2023

LEIS 8.666/93 e 10.520/02

Órgão: ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	
Setor Requisitante: Subdivisão de Clínicas Odontológicas da OABR, composto pelas Seções de Radiologia, Periodontia, Cirurgia Oral, Dor Orofacial, Odontopediatria e Endodontia	
Responsável Pela Demanda: Guilherme José de Campos Barros Maj Dent	Matricula: 3471934
Email: sdintoabr@hotmail.com	Telefone: (61) 2023-2927

Objeto: <input type="checkbox"/> Serviço não continuado <input type="checkbox"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra <input checked="" type="checkbox"/> Material de consumo <input type="checkbox"/> Material permanente

Forma de Contratação Sugerida: <input type="checkbox"/> Modalidade da Lei nº 8.666/93: (Especificar a modalidade) <input checked="" type="checkbox"/> Pregão SRP (Pregão Próprio, com SRP) <input type="checkbox"/> Dispensa/Inexigibilidade <input type="checkbox"/> Dispensa por Valor Lei 14.133/21 <input type="checkbox"/> Adesão à IRP de outro Órgão.

1. Justificativa da necessidade da aquisição do bem considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

Visa à aquisição de material de consumo odontológico a ser utilizado pelo período de 12 (doze) meses pelas as Clínicas de Periodontia, Endodontia, Cirurgia Oral, Odontopediatria, Dor Orofacial e Radiologia.

2. Quantidade a ser contratada

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	329774	AZUL DE METILENO 0,01%: CORANTE FOTOABSORVEDOR INDICADO PARA TERAPIA FOTODINÂMICA EM ODONTOLOGIA. COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA E AZUL DE METILENO. O VALOR UNITÁRIO SE REFERE A EMBALAGEM COM 10 SERINGAS DE 1ML CADA.	CJ	3	R\$ 156,90	R\$ 470,70
2	421110	KIT DE MANIPULAÇÃO DE MEMBRANAS DE PLASMA RICO EM FIBRINA, EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADO PARA REALIZAÇÃO DA TÉCNICA DE PRF (PLASMA RICO EM FIBRINA) EM ENXERTOS E IMPLANTES ODONTOLÓGICOS, COMPOSTO POR ESTOJO PRF COM 02 COLUNAS DE SILICONE, ESPÁTULA PRF, PINÇA DIETRICH DE APROXIMADAMENTE 14CM, TESOURA ÍRIS RETA DE APROXIMADAMENTE 11,5CM.	UN	3	R\$ 595,75	R\$ 1.787,25
3	479697	KIT DE SISTEMA DE FIXAÇÃO DE MEMBRANAS NÃO ABSORVÍVEIS E ABSORVÍVEIS POR TACHINHAS. COMPOSTO POR 01 APLICADOR, 24 TACHINHAS E ESTOJO, AUTOCLAVÁVEL.	UN	3	R\$ 540,00	R\$ 1.620,00
4	373156	TUBO DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO, SECO, SILICONIZADO, 10 ML, TAMPA VERMELHA . SEM ADITIVOS.	UN	63	R\$ 1,10	R\$ 69,30
5	417070	TUBO DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO, SECO, SEM ADITIVO, 9 ML, TAMPA BRANCA.	UN	63	R\$ 0,93	R\$ 58,59
6	460728	TUBO MANGUEIRA DE SILICONE Nº 202, MEDINDO 5X10mm. VALOR UNITÁRIO REFERENTE A UNIDADE COM 15 METROS.	UN	3	R\$ 162,33	R\$ 486,99
7	437166	ESCALPES (21G - 12") PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA REDUÇÃO DO RISCO DE ACIDENTES COM PERFUROCORTANTES (LEI NR	UN	125	R\$ 2,63	R\$ 328,75

		32). INCLUINDO INDICAÇÃO PARA COLETAS EM PACIENTES PEDIÁTRICOS, GERIÁTRICOS E TODOS AQUELES QUE APRESENTAM ACESSOS VENOSOS DIFÍCEIS. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.				
8	470792	FRASCO PLÁSTICO, COM TAMPA DE ROSCA, COM 20 ML DE SOLUÇÃO DE FORMALINA TAMPONADA A 10% PARA PRESERVAÇÃO CELULAR E TECIDUAL EM PROCESSO DE BIÓPSIA. BANDEJA COM 25 FRASCOS.	BANDEJA	3	R\$ 109,03	R\$ 327,09
9	479642	ADAPTADOR PARA AGULHA DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM ENCAIXE ROSQUEADO E SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32. USO C/ TUBO COLETOR. MATERIAL:POLÍMERO. USO ÚNICO.	UN	63	R\$ 2,60	R\$ 163,80
10	269845	ANESTÉSICO TÓPICO A BASE DE LIDOCAÍNA NA CONCENTRAÇÃO DE 10%, APRESENTAÇÃO EM SPRAY, ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 100 MG VEÍCULO Q.S.P. 1 ML. FRASCO COM 50 ML.	CX	47	R\$ 101,89	R\$ 4.788,83
11	404563	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO A 35% RADIOPACA, COM PH 12.5 ACONDICIONADO EM SERINGA CONTENDO 1,2 ML. UTILIZADO EM ENDODONTIA, COMO CURATIVO DE DEMORA ENTRE CONSULTAS. APRESENTAÇÃO: KIT COM 1X SERINGA DE 1,2 ML (1,76) E 2 X NAVITIP 29 GATIPS	UN	5	R\$ 124,96	R\$ 624,80
12	419184	CONE SECUNDÁRIO GUTA PERCHA; MODELO: FF; COR ROSA; CAIXA COM 120 UNIDADES; COMPOSIÇÃO: GUTAPERCHA,OXIDO DE ZINCO E CORANTE ORGÂNICO; APLICAÇÃO: OBTURAÇÃO DE CANAL RADICULAR; COMPRIMENTO: 28 MM; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 UNIDADES.	EMB	19	R\$ 33,01	R\$ 627,19

13	418993	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 25- CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	4	R\$ 44,00	R\$ 176,00
14	418990	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 30 -CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	13	R\$ 43,02	R\$ 559,26
15	418992	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 35 - CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	13	R\$ 43,57	R\$ 566,41
16	418996	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 40 - CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRILVALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	7	R\$ 45,52	R\$ 318,64
17	418997	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 45 -CAIXA COM 120 PONTAS; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	13	R\$ 36,09	R\$ 469,17

18	418994	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 50; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 120 PONTAS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	3	R\$ 47,36	R\$ 142,08
19	418998	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 55; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 120 PONTAS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	3	R\$ 37,92	R\$ 113,76
20	418995	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 60; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 120 PONTAS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	3	R\$ 41,91	R\$ 125,73
21	418999	CONE PAPEL ABSORVENTE, Nº 70; COMPRIMENTO: 28 MM; COR BRANCO; COMPOSIÇÃO: PAPEL ABSORVENTE; APLICAÇÃO: SECAGEM DE CANAIS RADICULARES; APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 120 PONTAS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ESTÉRIL; VALOR UNITÁRIO REFERENTE A CAIXA COM 120 PONTAS.	EMB	3	R\$ 36,83	R\$ 110,49
22	416183	COMPOSTO A BASE DE SULFATO DE POLIMIXINA B, 10.000 U.I, SULFATO DE NEOMICINA 5 MG, HIDROCORTISONA 10G; APLICAÇÃO: TRATAMENTO DE OTITE EXTERNA OCASIONADA OU COMPLICADA POR INFECÇÃO BACTERIANA; APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10 ML;	FR	13	R\$ 20,21	R\$ 262,73

23	427346	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO DE BITE WINGS AUTOCLAVÁVEL INDICADO PARA A EXECUÇÃO DE RADIOGRAFIAS INTERPROXIMAIS DURANTE OS TRATAMENTOS CLÍNICOS. REGISTO ANVISA 80213420005 - KIT COM 06 UNIDADES	KIT	8	R\$ 48,91	R\$ 391,28
24	461304	ELETRODO, APLICAÇÃO: ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA, MODELO: DE SUPERFÍCIE, TIPO: ADESIVO, MATERIAL SENSOR: PRATA, PRATA CLORADA, COM GEL CONDUTOR, DIMENSÕES: CERCA DE 5 x 5 CM, ACESSÓRIO: CABO COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO. CX COM 50	CX	38	R\$ 23,00	R\$ 874,00
25	607058	CAMPO CIRÚRGICO MESA 80CM X 80CM, MATERIAL BRIM 100% ALGODÃO, COM COR AZUL E LOGOMARCA (OABR) EM SERIGRAFIA. GRAMATURA MÍNIMA 250 G, COM BAINHA	UN	100	R\$ 7,80	R\$ 780,00
26	607054	CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO-PACIENTE 75CM X 75CM, MATERIAL BRIM 100% ALGODÃO, SARJA 2X1, COM COR AZUL E LOGOMARCA (OABR) EM SERIGRAFIA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FENESTRA 20 X 10CM, GRAMATURA MÍNIMA 250 G, COM BAINHA.	UN	100	R\$ 6,12	R\$ 612,00
27	447891	ESCOVA PARA LIMPEZA DAS UNHAS COM CERDAS DE NYLON PARA HIGIENE ADEQUADA DAS UNHAS E DA PELE AO REDOR DAS UNHAS. COM CABO ANATÔMICO ANTI-DESLIZANTE. TAMANHO MÉDIO, MEDINDO 7,5CM X 2,5CM. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO E CERDAS DE NYLON.	UN	120	R\$ 4,76	R\$ 571,20
28	461304	ELETRODO, APLICAÇÃO: ELETROESTIMULAÇÃO, FISIOTERAPIA, MODELO: DE SUPERFÍCIE, TIPO: ADESIVO, MATERIAL SENSOR: PRATA, PRATA CLORADA, COM GEL CONDUTOR, DIMENSÕES: CERCA DE 5 x 5 CM, ACESSÓRIO: CABO COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO. CX COM 50	CX	38	R\$ 31,64	R\$ 1.202,32
TOTAL					R\$ 18.628,36	

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a entrega dos materiais.

A aquisição será por meio do Sistema de Registro de Preços e a entrega do material será efetuada conforme demanda da OABR durante o período de validade da ata.

Brasília-DF, datado e assinado digitalmente

GOTARDO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA SO STO
Membro da Comissão de Aquisição de Material

LARISSA ABDON HABER JÉHA CAP DENT
Membro da Comissão de Aquisição de Material

MARIANA ADÃO BACHUR DE ALMEIDA MAJ DENT
Membro da Comissão de Aquisição de Material

GUILHERME JOSÉ DE CAMPOS BARROS MAJ DENT
Presidente da Comissão de Aquisição de Material

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

ANEXO II



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA
divob.gapbr@gmail.com

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

A União Federal – Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, por meio do GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Edifício Anexo, Andar Térreo – Brasília/DF – CEP: 70.045-900, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200....., processo administrativo nº 67284.001456/2023-23, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo para as Clínicas de Periodontia, Endodontia, Cirurgia Oral, Odontopediatria, Dor Orofacial e Radiologia, especificado nos itens do Termo de referência, anexo I do Edital de Pregão nº 64/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- 5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
- 5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

- 6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA
divob.gapbr@gmail.com

TERMO DE CONTRATO

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A
EMPRESA

A União Federal – Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, por meio do Grupamento de Apoio de Brasília, , CNPJ Nº 00.394.429/0059-27 situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “M”, Edifício Anexo, Andar Térreo, neste ato representado pelo Coronel Intendente MARCELLO PEREIRA CAMARGO, Ordenador de Despesas do GAP-BR, designado para a função pela Portaria nº XXX/XXX, de XX de XXXX de 2023, publicada no DOU nº XXX, Seção 2, de XX de XXXX de 2023, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXX e RG nº XXXXX, expedida pelo COMAER..., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta **no Processo nº 67284.001456/2023-23** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 64/2023, por Sistema de Registro de Preços nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de material de consumo para as Clínicas de Periodontia, Endodontia, Cirurgia Oral, Odontopediatria, Dor Orofacial e Radiologia, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO O CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					
3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Circunscrição Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal - para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-